

Portugal - 30 Anos de Integração Europeia
1986 – 2015

30 Anos de Integração Europeia

Como evoluiu a sociedade portuguesa entre 1986 e a atualidade, cumpridos 30 anos de adesão à CE/EU?

De uma maneira geral, estas três décadas coincidiram com significativas melhorias em áreas relevantes para o bem-estar dos cidadãos, como a saúde, a educação e as condições de habitação. Verificou-se um acréscimo das qualificações da mão-de-obra, quando avaliadas pelo aumento dos níveis educacionais dos portugueses.

Quanto à dinâmica económica, pode considerar-se a existência de dois períodos. O primeiro de 1986 a 2000, no qual a economia cresceu a um ritmo elevado e superior ao da média europeia. O segundo de 2001 até à atualidade (2014), no qual a economia portuguesa praticamente estagnou, enquanto na média europeia se registou algum crescimento económico (UE15 e UE28, com uma média das taxas de crescimento anual ligeiramente acima de 1,0%).

Os 30 anos de adesão à CE/UE coincidiram com significativas melhorias em áreas relevantes para o bem-estar dos cidadãos, como a saúde, a educação e as condições de habitação. Desta forma, verificou-se um acréscimo das qualificações da mão-de-obra, quando avaliadas pelo aumento dos níveis educacionais dos portugueses. Quanto à dinâmica estritamente económica, em termos gerais pode considerar-se a existência de dois períodos distintos. O primeiro de 1986 a 2000, no qual a economia cresceu a um ritmo elevado e superior ao da média europeia (aqui avaliada pela UE15). Este período foi marcado pelo dismantelamento das Economias de Leste e pela sua reformulação no quadro de uma dinâmica mercantil, pela unificação alemã, pela crescente integração dos espaços financeiros e pelo esforço de construção da moeda única. No segundo período, de 2001 até à atualidade (2014), a economia portuguesa praticamente estagnou, enquanto na média europeia se registou algum crescimento económico (UE15 e UE28, com uma média das taxas de crescimento anual ligeiramente acima de 1,0%). Este último período desenvolveu-se num quadro de estabilização das economias do Leste e de integração da República Popular da China na Organização Mundial do Comércio, da crise do *Sub-Prime*, sua propagação à escala mundial, conjugando a crise financeira com crise económica, e sua transmutação em Crise da Dívida Soberana. Por outras palavras, as condições para a pequena economia aberta, procurando o seu espaço no novo quadro internacional, tornaram-se bastante mais desfavoráveis, com a agravante adicional de cumprir objetivos de natureza orçamental estabelecidos no quadro de um programa de resgate financeiro.



Território

Infraestruturas de acessibilidade e meios de transporte

A evolução do valor da densidade de kms de autoestrada por 100 km² desde 1986 ilustra bem o esforço realizado em matéria de infraestruturização rodoviária. Portugal apresentava em 2012 um valor superior à maior parte dos países da UE28, apenas suplantado pela Alemanha e Eslovénia. O peso que a circulação rodoviária assume no transporte de mercadorias apresenta um padrão de valores sistematicamente mais elevados do que os observados na UE15 e UE28.

Entre 1986 e 2016 observou-se uma melhoria muito significativa e generalizada da acessibilidade territorial. Entre 1986 e 2006, os tempos de percurso entre Lisboa e algumas capitais de distrito distantes como Guarda, Bragança, Viana do Castelo, Vila Real encurtaram em cerca de metade do tempo, sendo também muito relevante a redução do tempo de percurso na ligação Lisboa-Porto (de 5h13 em 1986 para 2h38 em 2016).

Ambiente

Portugal apresenta valores de emissão de gases inferiores face à UE28 e aos países seleccionados para comparação. A evolução dos valores de emissão tende a acompanhar o ciclo económico. A produção de resíduos sólidos revela, no período em análise, um comportamento dinâmico similar ao da UE28, embora com um nível inferior. Após 2008, o comportamento é ligeiramente distinto da evolução observada na UE, sugerindo que o comportamento recessivo da economia portuguesa poderá ter tido repercussões na produção de resíduos sólidos a nível local.

Povoamento

No período de 2001 a 2014, a população residente em Portugal sofreu um decréscimo de cerca de 0,2%. A nível das regiões NUTS II, o Algarve (10,1%), a Área Metropolitana de Lisboa (4,9%), os Açores (1,6%) e a Madeira (4,35%) ganharam população, enquanto a região que mais perdeu foi o Alentejo (-5,6%). Entre 2011 e 2014, todas as regiões NUTS II perderam população, dando origem a um decréscimo de população de 1,8% a nível nacional.

População

Caracterização e comportamento da população

Após um período de diminuição da população, entre 1988 e 1992, registou-se uma recuperação demográfica até 2003. Posteriormente, o crescimento foi mais moderado, registando uma tendência para a diminuição da população, nos anos mais recentes. Globalmente, o ritmo de crescimento demográfico foi baixo, alinhando pelos padrões europeus, embora com algumas diferenças significativas, intra-período em análise, a principal das quais é a diminuição da população.

A partir de 1993 a principal contribuição para o crescimento da população em Portugal foi dada pelo fluxo imigratório, que atingiu um máximo em 2000. Porém, desde 2011 a taxa de crescimento migratório passou a evoluir negativamente, tal como já acontecia com a taxa de crescimento natural. A evolução da pirâmide etária portuguesa ilustra o envelhecimento progressivo da população. A base tende a tornar-se ligeiramente mais estreita e a subir ao longo dos coortes. Entre 1991 e 2014 o peso da população com idade até aos 34 anos diminuiu em 13,8 p.p., tendo aumentado em

cerca de 6,7 p.p. o peso da população com mais 65 anos de idade. Estas variações comparam com as que se registam entre 1991 e 2005, e que foram na ordem de 6,4 p.p. e de 3,2 p.p., respetivamente.

Entre 1990 e 2014 verificaram-se alterações significativas na estrutura de estrangeiros residentes em Portugal. Por um lado, diminuiu o peso dos estrangeiros com origem na Europa Ocidental que passaram de um pouco mais de 35,0% para menos de 11,0%. O peso dos países africanos lusófonos diminuiu, e na mesma ordem de grandeza que o grupo anterior (em 12,8 p.p.), mas manteve a primeira posição. Por outro lado, estas diminuições foram mais do que compensadas pelos aumentos estrangeiros originários do Brasil, com um forte incremento em 2008, do Leste europeu com forte aumento em 2006-2007 (Ucrânia e Roménia) e dos originários da China com aumentos progressivos desde 2000. Portugal tem evidenciado uma tendência lenta mas persistente de diminuição da taxa de fertilidade. Para esta evolução tem contribuído um conjunto complexo de fenómenos socioeconómicos, que inclui mudanças nos modos de integração urbana, nas condições de integração dos jovens na vida ativa, no estatuto socioeconómico da mulher, impondo novos padrões quanto à idade no casamento e ao nascimento do primeiro filho. Não se observa em Portugal, ao contrário da maior parte dos países selecionados para comparação e da média da UE, uma recuperação da taxa de fertilidade no final da década de 90.

Instrução da população – Educação e Formação

O grau de escolarização secundário/profissional da população portuguesa, entre os 25 e os 64 anos, situa-se bastante abaixo quer das médias da UE quer dos países tomados como referência. Em 2014, enquanto em Portugal a proporção dessa população que possuía aqueles níveis de escolaridade se situava em 21,6%, na UE 15 a proporção correspondente era sensivelmente o dobro. A diferença é ainda mais elevada quando o padrão e comparação é a UE27, que inclui países que em geral têm uma média de rendimento per capita inferior à da UE15, indiciando um grau elevado de competitividade da sua força de trabalho, conjugando o custo do trabalho com o grau de qualificação.

Relativamente à pré-escolarização, registou-se uma evolução francamente positiva. Em 1998 a proporção de crianças com 4 anos de idade que participava no ensino pré-escolar era de 63,3%, cerca de 6 p.p. abaixo do que se verificava à escala europeia (UE28). Em 2002, a situação era inversa (91,6% em Portugal, acima do que se registou na UE28).

Sociedade de informação

A percentagem de famílias com acesso à internet tem aumentado de forma generalizada à escala da Europa. Em Portugal, em 2002 essa proporção era de 15,0%, mas em 2015 tinha atingido o valor de 70,0%. A intensidade desta tendência não foi suficiente para anular a diferença relativamente quer à UE28, quer aos países utilizados como referência. A proporção de famílias em Portugal com acesso à internet através de banda larga passou de 1,5% em 2002 para 20,5% em 2011 (último dado disponível em comum), revelando igualmente um aumento da diferença relativamente à média europeia.

Saúde

A evolução da taxa de mortalidade infantil é uma clara manifestação da melhoria das condições de vida das famílias em Portugal. O indicador é também um dos mais bem posicionados no confronto com a média europeia e os países toma-

dos como referência. De 1986 até 2013 tem sido praticamente contínua a diminuição da mortalidade por cada mil habitantes, tendo o indicador passado de 15,8‰ em 1986 para 2,9‰ em 2013. À escala europeia também foi evidente a tendência de diminuição, mas o nível médio (UE28) no período mais recente apresentou-se mais elevado do que em Portugal, à semelhança do que ocorreu quando comparando com o nível em França.

Outro indicador sintético, a esperança de vida à nascença, revela também uma evolução favorável das condições de vida em Portugal. Este indicador passou de 73,4 anos em 1986 para 80,9 anos em 2013. Parece haver convergência do indicador para o nível da UE16, que nesse ano se situou em 81,8 anos, se bem que Espanha aparente ter uma tendência mais positiva, tendo-se afastado da média nos anos mais recentes.

Desemprego

A evolução da taxa de desemprego em Portugal tem revelado um comportamento marcadamente cíclico, aumentando em períodos recessivos e diminuindo em períodos de expansão económica. No entanto, o andamento do indicador a partir de 2000 indicia a existência de outros fatores, para além dos de ordem cíclica, como determinantes da taxa de desemprego. Com efeito, até esse ano a taxa de desemprego em Portugal era das mais baixas no panorama europeu. A partir desse período revelou uma trajetória ascendente, que se acentuou entre 2009 e 2013. Apenas mais recentemente se revelou em diminuição, embora sem atingir o nível médio da do período de 1986 a 2004. Como resultado destas evoluções, a taxa de desemprego ultrapassou os níveis médios europeus comparando quer com a UE15 quer com a UE28.

Coesão Social

A informação mais recente aponta para um aumento da desigualdade na distribuição do rendimento em Portugal, à semelhança do que se verifica noutros casos tomados como referência. Após uma relativa estabilização do coeficiente de Gini, entre 1995 e 2000, constatou-se um aumento deste indicador até 2005, após o que se registou uma nítida tendência de diminuição. Porém, a partir de 2011 constata-se uma lenta subida do índice. Esta evolução mais recente também se observa noutros países. Em Espanha a tendência de aumento remonta a pelo menos 2008 e na última observação disponível o respetivo índice ultrapassou o de Portugal, que se mantivera sempre acima da média europeia. Os índices da Irlanda e da Eslovénia apresentam perfis semelhantes ao do caso de Portugal, se bem que a níveis inferiores. Contudo, em França registou-se uma diminuição em 2014, contrariando a tendência anterior.

A proporção da população com um rendimento inferior a 60% do rendimento mediano é um dos indicadores mais usados na avaliação da taxa de pobreza. De uma maneira geral não se verifica uma diferença muito significativa entre Portugal e a média europeia, sendo esta avaliada quer em termos de UE15, quer de UE28. Em 2014 a diferença entre Portugal e a UE15 é de 6,2 para 5,2.

Desenvolvimento Humano

Em 30 anos de publicação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH da ONU), Portugal regista até ao ano 2004 uma tendência de melhoria do indicador, ano a partir do qual se verifica uma estagnação (segundo a antiga série), sendo este perfil de evolução semelhante aos países de comparação. A melhoria observada resultou da situação mais favorável

vel registada nos indicadores de educação, bem como na própria progressão do rendimento *per capita* e do indicador de esperança de vida à nascença. Portugal faz parte do grupo de países de elevado Índice de Desenvolvimento Humano e ocupava, em 2014, a 43ª posição entre 177 países, mantendo a mesma posição relativa que detinha em 1990, último ano para o qual foi recalculada a série com a nova metodologia. Em 2014 as posições no ranking para os países de comparação eram as seguintes: Irlanda - 6ª, França - 22ª, Eslovénia - 25ª e Espanha - 26ª.

Atividade Económica

Estrutura Macroeconómica

O Produto Interno Bruto por habitante, medido à paridade do poder de compra, aumentou significativamente em Portugal desde a adesão à UE, verificando-se uma convergência de Portugal face à UE. A taxa de variação média anual é superior em Portugal face à da UE15, registando, no período em análise, um diferencial de 0,8 p.p. (4,2% contra 3,4%). Partindo de um nível inferior a 7 mil euros por habitante em 1986, Portugal chega a 2014 com um valor de cerca de 21 mil euros por habitante, representando 78% da média da UE28 (72% para a média da UE15 que compara com 58% em 1986). Recentemente, faz-se notar que a relativa estagnação da economia portuguesa pós 2008 por comparação à evolução positiva na UE28 provocou uma tendência de divergência ligeira de Portugal face à UE no indicador em análise. A taxa de variação média anual do PIB per capita em Portugal na segunda metade do período em análise é três vezes menor do que na primeira metade (2,3% em 2000-2014 contra 6,1% em 1986-2000). A taxa anual de crescimento real do PIB de Portugal acompanha a tendência cíclica conjuntural da UE, verificando-se em quase todos os períodos de recessão uma maior retração da economia portuguesa. O caráter aberto da economia nacional, conjugado a uma taxa de exportações intra-UE de 73% (em finais de 2015), justifica o acompanhamento da série da UE. Consta-se ainda que a partir de 2001, Portugal tem vindo a crescer a taxas inferiores à média da UE.

Situação Monetária e Financeira

Se considerarmos a linha dos 2% como referencial relevante da taxa de inflação para efeitos de política monetária europeia, evidenciam-se dois períodos diferenciados. Na segunda metade da década de 90, o período expansivo traduz-se na aceleração tendencial dos preços chegando aos 4,4% em 2001, contrastando com a evolução posterior, em que inicialmente convergiu para os 2%, assumindo posteriormente um comportamento cíclico (com cinco anos abaixo dos 2%). Por outro lado, identifica-se uma similaridade no padrão de movimento dos preços no conjunto de países selecionados para comparação.

Após 1996, a evolução da taxa de juro real a curto prazo, em Portugal e na UE15, segue um padrão similar. Adicionalmente, a taxa de juro real a curto prazo em Portugal torna-se inferior à da UE15, com valores negativos ou quase nulos em pleno período recessivo (primeira metade da década iniciada em 2000 e pós 2008).

Comércio Externo

A evolução do défice externo corrente tem acompanhado de perto o comportamento cíclico do crescimento económico em Portugal, tendendo a agravar-se em períodos expansivos, o que evidencia o impacto do crescimento económico português – assente na componente da procura interna – nas importações. Esse padrão de comportamento é também

visível no período recessivo da primeira metade da presente década, no qual se consegue inverter o padrão de agravamento do défice externo corrente. Apesar da tendência de crescimento que se verificou em Portugal até 2000, não ocorreu um movimento de convergência com a União Europeia no padrão qualitativo de exportações de Portugal (medido pela quota de exportações de produtos de alta tecnologia no total de exportações). Assinala-se nos seis anos seguintes uma ligeira melhoria, para se retornar a partir de 2008 aos níveis de partida.

Investimento Direto

Desde a adesão à União Europeia, Portugal tem vindo a abrir a sua economia aos fluxos internacionais de capitais, quer por via de receção de investimento direto estrangeiro, quer por via de investimentos de capitais portugueses no exterior. A soma dos fluxos, relativizada pela dimensão da economia, resulta no indicador da intensidade de Investimento Direto Estrangeiro. A intensidade de fluxos de investimento direto estrangeiro na economia portuguesa tem assumido um comportamento muito pouco estável apesar de, até 2006, se ter mostrado quase sempre superior aos valores europeus, o que denota um assinalável grau de abertura da economia portuguesa. De assinalar que, entre 2007- 2010, este indicador apresentou sempre resultados inferiores à média europeia.

Estrutura Empresarial e Produtiva

A evolução da estrutura sectorial do VAB da economia portuguesa tem acompanhado de perto essa mesma evolução na UE15. O sector dos serviços e da indústria constituem os casos mais evidentes de desvio estrutural, em sentido oposto, entre a evolução nacional e a europeia. Os serviços que detinham em 1990 uma quota de cerca de 57% do VAB (6 p.p. abaixo da média da UE15), alcançam em 2014 uma quota de cerca de 76% do VAB que compara com 74% na UE15. Pelo contrário, a indústria, cuja importância no VAB (25,5%) era em 1990 idêntica à da UE15, reduziu o seu peso no VAB total de forma constante até 2014 (-8 p.p.), situando-se a um nível inferior à UE15 (-2 p.p.). A atividade de construção ligada à importância dos investimentos em infraestruturas destacou-se significativamente do padrão médio da UE15 entre 1996 e 2005. O sector primário apresentou no período em análise uma tendência de convergência com a UE15.

A evolução da quota de Portugal na procura turística manteve-se praticamente estável, contrastando com a evolução observada em Espanha, onde é visível uma tendência crescente e o aumento assinalável das dormidas nos anos 1999 e 2000. O padrão de evolução das taxas de variação de dormidas de turistas não residentes apresenta uma natureza irregular. Para os países seleccionados e no período em análise a Espanha apresenta a taxa média de variação anual mais elevada (5,3%), seguida da Itália (3,4%). Portugal e Grécia registaram taxas médias de variação anual muito similares (2,9% e 2,6%, respetivamente).

Mercado de Trabalho e Nível de Atividade

Portugal apresentou até 2009, sistematicamente taxas de emprego total e femininas superiores aos correspondentes valores da UE15 e da UE28, revelando uma forte conformidade em matéria de tendência de evolução. A evolução recente, observada no período 2010-2013, contrasta com padrão do período precedente, dado que se observa uma descida da taxa de emprego na economia nacional num contexto de estabilidade dos referenciais da UE. Saliente-se

ainda, neste mesmo período (1992-2014), a aproximação da taxa de emprego feminina para os níveis da taxa de emprego total, em Portugal e à semelhança do que sucede na UE.

Com evolução análoga à da UE15, Portugal apresentou sistematicamente, até ao ano de 2012, uma taxa de atividade mais elevada do que a europeia. Note-se que até 2007, a taxa de atividade em Portugal apresentou sempre uma tendência ascendente mais forte que a da UE15. Naquele ano interrompeu-se esta tendência ascendente e o diferencial positivo face à UE15 foi-se estreitando, verificando-se atualmente uma situação inversa.

Esforço Tecnológico

O investimento sustentado em I&D, bem como a qualidade do capital humano, tornaram-se num dos pilares essenciais do desenvolvimento, essencial de uma estratégia tendente a aumentar o esforço tecnológico e o potencial de inovação e competitividade associado. Salienta-se que, apesar do importante crescimento da segunda metade da última década, o investimento em I&D em percentagem do PIB em Portugal (1,3% em 2014) está ainda significativamente abaixo da média da UE28 que é de cerca de 2%. O forte ritmo de convergência registado entre 2005 e 2009 foi seguido de uma inversão da tendência, o que dificulta atingir a meta proposta para Portugal pela Estratégia Europa 2020. No que toca aos executores dos esforços em I&D, Portugal apresenta ainda um padrão distinto comparativamente à UE28. Registaram-se alterações relevantes na última década, em que os esforços de I&D por parte do setor privado empresarial cresceram substancialmente, embora ainda não ultrapasse a quota-parte atribuída ao conjunto das Universidades e do Governo. Em 2014, o sector empresarial executava 46% do total de despesas nacionais em I&D (contra 63% na UE28). De destacar também a redução relativa do esforço de I&D executado pelo Estado, que em 2014 representava cerca de metade da média da UE28 (6,4% contra 12,8%).

No que respeita aos diplomados em ciência e tecnologia, a convergência com os valores médios europeus tem sido bastante significativa, fruto do movimento crescente de Portugal. Em 2003, existiam em Portugal 8 diplomados por cada 1000 habitantes com 20 a 29 anos que comparava com 12 na UE28. Em 2012, estes valores eram de 19 para Portugal e 17 para a UE28. Ainda mais assinalável é a evolução exponencial da produção científica portuguesa, no que toca à produção de publicações científicas referenciadas nas bases de conhecimento global, nomeadamente na *ISI Web of Knowledge*. Partindo de um valor de 350 em 2001, Portugal chega a 2014 com uma produção anual em torno de 1.336 publicações científicas referenciadas por milhão de habitantes (contra 1.320 na UE28).

Produção e Utilização de Energia

Foram claras as dificuldades do modelo produtivo e de crescimento económico português em alinhar até 2005 com as tendências europeias para a redução da intensidade energética. A evolução que ocorreu foi muito contrastada e permitia identificar um duplo desafio: o da reconversão energética do modelo de crescimento português e o da implementação da estratégia nacional de desenvolvimento sustentável. Partindo de uma intensidade energética inferior à da UE, registaram-se até 2005 movimentos em sentidos opostos que originaram desde 2001, níveis de consumo de energia por referência ao PIB superiores à média europeia. A partir daquele ano assiste-se a uma inversão da tendência divergente face à UE e a um movimento em linha com o europeu. Observa-se em Portugal valores mais elevados de relevância do consumo baseado em energias renováveis face à média da UE28 e uma tendência definida de aumento.

O Estado

Contas Públicas

O défice das contas públicas evidencia um padrão deficitário recorrente quase sempre superior à meta dos 3% do PIB, com exceção dos anos de 1999 e 2007 que atingem praticamente aquele valor de referência. O padrão de evolução é oscilante e atinge o valor extremo mais negativo em 2010. Após um período de descida continuada do peso da dívida pública no PIB (entre 1997 e 2000), este indicador inverte de modo persistente a tendência a partir dessa data. A partir de 2004 ultrapassa o valor de 60% e o da média da UE28 e sobe de forma contínua, divergindo da UE28 para atingir em 2015 129,1% do PIB.

A carga fiscal, em percentagem do PIB, e sem ter em conta as contribuições para a segurança social, apresenta uma tendência crescente nos 30 anos de referência. Para o período em que é possível a comparação com a UE15 observa-se, nesta última, uma tendência de maior estabilidade quando comparada com o aumento observado em Portugal o que dá origem a uma convergência de Portugal face à UE15.

Governo Eletrónico

A UE tem vindo a desenvolver esforços no sentido de promover a utilização das tecnologias de informação e comunicação na administração pública. Este processo tem originado a criação e a disponibilização de dispositivos de governo eletrónico, melhorando o acesso do cidadão e racionalizando a intervenção de serviços públicos. Portugal tem vindo a evoluir positivamente, não obstante existir ainda muita margem de manobra para uma convergência mais forte. A evolução mais positiva regista-se no nível de disponibilidade de governo eletrónico. Em termos do grau de interações e relacionamento efetivo por via digital, entre a administração pública e os cidadãos, a situação apresenta-se positiva em Portugal. Em 2013, 45 em cada 100 indivíduos (utilizadores da internet no último ano) utilizaram a Internet nos últimos 3 meses para interação com a administração pública, recorrendo a pelo menos uma das seguintes atividades: pedidos de informação, requisição/ envio de formulários, submissão de declaração de impostos e/ou consulta de biblioteca.

Integração e perceção da sociedade portuguesa

Entre os países da União em que o voto é um dever cívico (no Luxemburgo, na Bélgica e na Grécia, o voto é um ato obrigatório), a França apresenta os maiores níveis de participação nas eleições para o Parlamento Europeu: 80,4% em 2011. Portugal apresenta uns dos piores níveis de participação, com apenas 58% de participação.

A perceção dos portugueses quanto ao benefício de pertencer à União é bastante favorável e superior à média do sentimento europeu. Todavia, a partir de 1999, este sentimento favorável dos portugueses tem vindo a decrescer para se situar em 51% em 2011 (contra 82% em 1991) - percentagem dos portugueses que considera que Portugal beneficia em pertencer à União Europeia. Os portugueses, 30 anos após a adesão à União, apresentam, à semelhança do ano 2000, um nível de confiança nas instituições europeias superior à média (exceção feita para o Conselho de Ministros). Nos últimos 15 anos, verifica-se, no entanto, tanto em Portugal como na média da UE, um decréscimo dos níveis de confiança em todas as instituições consideradas (Comissão Europeia, Parlamento Europeu e Conselho de Ministros). A

Comissão Europeia é atualmente a instituição europeia na qual os portugueses mais confiam (cerca de 46% dos cidadãos).

Solidariedade e ajuda ao desenvolvimento

Nos últimos 20 anos, a prestação portuguesa em matéria de ajuda pública ao desenvolvimento apresenta uma tendência bastante estável em percentagem do PIB (mantendo-se numa banda entre os 0,2 e 0,3%). A partir de 2012, observa-se um decréscimo relativo dessa ajuda pública para se situar em 2014 nos 0,19% do PIB, situação que acontece na maior parte dos países de comparação. Quando comparada com a UE e com países como a França e a Irlanda, a situação é desfavorável a Portugal.

Notas finais

Com esta publicação o INE pretende mostrar como evoluiu a sociedade portuguesa entre 1986 até à atualidade, perfazendo 30 anos de adesão à CE/UE e facilitar a análise e apreciação que outros pretendam fazer. Englobam-se as mais diversas áreas do tecido socioeconómico, procurando mostrar como se tem concretizado a participação e integração de Portugal no espaço europeu.

Nesta panorâmica, há duas vertentes que importa sublinhar: o processo de convergência e a sintonia das evoluções. Na própria convergência existe alguma duplicidade: a convergência traduz-se em aproximação de níveis ou de dinâmicas a padrões de comportamentos (socioeconómicos), mas também pode ser entendida como apreciação valorativa da evolução das sociedades. Aqui pretende-se detetar a primeira vertente, deixando ao leitor os elementos para ajuizar sobre a segunda. Por outro lado, o termo sintonia refere-se à comparação do tempo em que ocorrem os fenómenos, senão de natureza cíclica, pelo menos denotando o seu aparecimento com alguma regularidade.